



Prefeitura do Município de Bocaiúva do Sul Procuradoria Geral

PARECER JURÍDICO 212/2023

PROCESSO LICITATÓRIO 134/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO 60/2023.

INTERESSADO: Departamento de Licitações

Assunto: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 60/2022

IMPUGNANTE: MULTI QUADROS E VIDROS LTDA.

1. RELATÓRIO

Trata-se de processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM, para atender à solicitação das Secretarias Municipais de Bocaiúva do Sul, objetivando o registro de preço para eventual de materiais de expediente, conforme especificações constantes no edital e seus anexos.

2. DA TEMPESTIVIDADE

A empresa apresentou impugnação ao Edital na data de 03/08/2023, ou seja, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, a qual está agendada para o dia



Prefeitura do Município de Bocaiúva do Sul Procuradoria Geral

08/08/2023, atendendo todos os requisitos conforme item 4.1 do edital, portanto tempestivo o pleito.

3. SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

A empresa Multi Quadros e Vidros Ltda, impugnou o edital de Pregão Eletrônico nº 60/2023, solicitando sua readequação, a fim de que constasse no referido instrumento convocatório, e seus anexos, a exigência d de atestado de capacidade técnica como documento obrigatório para a habilitação das empresas que venham a concorrer no certame, a alteração do descritivo técnico dos itens 26¹ e 157², a fim de que seja acrescentado uma estrutura em MDF, de no mínimo 6mm, sobreposto por laminado melamínico de alta pressão na cor branco brilhante. Por fim, a empresa alega que os valores elencados para os referidos itens estão abaixo do mercado, portanto, inexequíveis.

Ao final requereu a republicação do edital com as devidas alterações.

¹ Quadro branco para avisos, chapa de madeira vitrificado na cor branca, 3mm com moldura em alumínio 90x60, (com kit contendo apagador e canetas

² Quadro branco para avisos, chapa de madeira vitrificado na cor branca, 3mm com moldura em alumínio 1,20x90 (suporte contendo apagador e canetas



Prefeitura do Município de Bocaiúva do Sul Procuradoria Geral

4. FUNDAMENTAÇÃO

4.1. Da manutenção da licitação em sua integralidade

A empresa Multi Quadros e Vidros LTDA., impugnou o edital de Pregão Eletrônico nº 60/2023, contudo suas razões não merecem prosperar, vejamos:

4.1.1. Da exigência de Atestado de Capacidade Técnica

A impugnante pleiteia a exigência de Atestado de Capacidade Técnica como documento obrigatório para a habilitação das empresas concorrentes do certame. Contudo, tal pleito não merece prosperar.

Inicialmente, destacamos que a exigência de atestado de capacidade técnica é uma faculdade, e não uma obrigação da Administração. Isto porque a Constituição Federal é firme no sentido de que só é permitido exigir o que for INDISPENSÁVEL. O que for meramente desejável, já não poderia ser exigido se levássemos em conta a diretriz constitucional.

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios



Prefeitura do Município de Bocaiúva do Sul Procuradoria Geral

obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual **somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações**". (negritamos)

Tal raciocínio foi acompanhado pela Lei geral de
Licitações:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica
limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no **caso das licitações pertinentes a obras e serviços**, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, **limitadas as exigências a:**

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente



Prefeitura do Município de Bocaiúva do Sul Procuradoria Geral

reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

Além disso, em nota emitida pelo TCE-PR³ no dia 06/05/2019, fora explicitada a dispensa de demonstração de capacidade técnica em certames de objetos de menor complexidade, vejamos:

“É possível a dispensa de demonstração de capacidade técnico-operacional como requisito de habilitação de licitantes em certames cujos objetos sejam de menor complexidade.

[...]

Ainda de acordo com o artigo 30 da Lei nº 8.666/93, **é facultada a dispensa de demonstração de capacidade técnico-operacional como requisito de habilitação em licitações cujos objetos sejam de menor dimensão e complexidade**”.

Como pode-se inferir a exigência de Atestado de Capacidade Técnica para aquisição de produtos ou de serviços de menor complexidade não é uma obrigatoriedade, mas sim uma faculdade da

³ Fonte: < <https://m.tce.pr.gov.br/noticias/noticia.aspx?codigo=6843>> Acesso em 06/12/2022.



Prefeitura do Município de Bocaiúva do Sul Procuradoria Geral

Administração pública, pois através deste documento se garante maior segurança à contratação pública.

Sendo assim, não há motivos para a exigência de atestado de capacidade técnica, por se tratar de uma licitação de baixa complexidade para sua execução.

Em harmonia com esta linha de raciocínio é a jurisprudência do **Tribunal de Contas da União**, no sentido de que a **Administração deve ter cautela quanto a exigência de atestados de capacidade técnica**, conforme infere-se da leitura da **Súmula 263**, vejamos:

“Para a comprovação de capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, **devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado**”. (negritamos)

Portanto, conforme todo o exposto, consideramos improcedentes as razões da empresa Impugnante, tendo em vista que os objetos licitados não são considerados complexos, e a falta de exigência de atestado de capacidade técnica não gera qualquer ilegalidade que pudesse obstar o certame.



Prefeitura do Município de Bocaiúva do Sul Procuradoria Geral

4.1.2. Da manutenção do descritivo técnico dos itens 26 e 157.

Outrossim, a empresa impugnante requer a alteração do descritivo técnico dos itens 26⁴ e 157⁵, a fim de que seja acrescentado uma estrutura em MDF, de no mínimo 6mm, sobreposto por laminado melamínico de alta pressão na cor branco brilhante, contudo, tal pleito também não merece prosperar.

Em que pese a alegação da empresa de que a alteração supramencionada elevaria a qualidade do produto, não há, nos autos evidências que acompanhem tal fundamento.

Relembramos que uma das finalidades do processo licitatório é que este alcance o maior número possível de participantes, a fim de que seja obtido um número maior de propostas e, conseqüentemente, um valor mais baixo para a aquisição do bem.

A especificação, em demasia, sem uma justificativa técnica para tal, poderia ocasionar numa redução na competitividade do certame. Efeito este que é indesejado em qualquer processo licitatório. Tal é o entendimento de Amanda Novelleto:

⁴ Quadro branco para avisos, chapa de madeira vitrificado na cor branca, 3mm com moldura em alumínio 90x60, (com kit contendo apagador e canetas

⁵ Quadro branco para avisos, chapa de madeira vitrificado na cor branca, 3mm com moldura em alumínio 1,20x90 (suporte contendo apagador e canetas



Prefeitura do Município de Bocaiúva do Sul Procuradoria Geral

“Por outro lado, quando são demasiadamente específicas e restritivas, podem tornar o item deserto, pois os licitantes não têm condição de atender a todas as exigências. Quando não finalizam como desertos, tem a competitividade limitada, ou ainda o direcionamento para apenas uma marca específica do mercado e, conseqüentemente, preços superiores ao estimado e posterior cancelamento”.

Ademais, a especificação em demasia de itens sem uma justificativa técnica vai em contramão à legislação pátria, conforme podemos ver no fragmento da Lei 8.666/83 a seguir:

“Art. 7º(...)

§5º: É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, **salvo nos casos em que for tecnicamente justificável**, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório”.
(negritamos)

Portanto, considerando o exposto, improcedente é o pleito da empresa impugnante e, conseqüentemente, deve ser mantido em sua integralidade o descritivo técnico dos itens 26 e 157 do Pregão Eletrônico nº 60/2023.



Prefeitura do Município de Bocaiúva do Sul Procuradoria Geral

4.1.3. Dos valores mínimos dos itens 26 e 157.

Por fim, a empresa impugnante pleiteia para que seja realizada uma nova pesquisa de preços a fim de se obter valores de referência exequíveis, contudo, tal pleito é improcedente.

Ao contrário do alegado pela empresa Multi Quadros e Vidros LTDA, os valores mínimos levantados pela Administração estão dentro da realidade de mercado pois estes foram adquiridos através de pesquisa no Sistema Banco Preços, ou sejam, tais valores são referentes à contratações pretéritas realizadas por outras entidades públicas,

Para fins ilustrativos, anexamos os valores alçados para os itens em questão, retirados do sistema banco de preços, vejamos:



Prefeitura do Município de Bocaiúva do Sul Procuradoria Geral

Item 98: QUADRO BRANCO PARA AVISOS, CHAPA DE MADEIRA VITRIFICADO NA COR BRANCA, 3MM COM MOLDURA EM ALUMÍNIO 1,20X90 (SUPORTE CONTENDO APAGADOR E CANETAS)

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
2 / 18	1	R\$ 165,14 (un)	3,4%	R\$ 165,14
Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Indústria de Material Belico do Brasil/FJF/MG	NºPregão:102023 UASG:168006	03/04/2023	R\$ 179,02
2	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Sul COMANDO DA 3ª DIVISÃO DO EXÉRCITO - BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE SAN TA MARIA 6ªBrigada de Infantaria Blindada 4ºRegimento de Carros de Combate	NºPregão:162022 UASG:160404	03/04/2023	R\$ 151,26
Valor Unitário				R\$ 165,14

Média dos Preços Obtidos: R\$ 165,14

Item 168: QUADRO BRANCO PARA AVISOS, CHAPA DE MADEIRA VITRIFICADO NA COR BRANCA, 3 MM COM MOLDURA EM ALUMÍNIO 90X60, (COM KIT CONTENDO APAGADOR E CANETAS).

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 9	1	R\$ 108,96 (un)	2,2%	R\$ 108,96
Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Sul COMANDO DA 3ª DIVISÃO DO EXÉRCITO - BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE SAN TA MARIA 1ªBrigada de Cavalaria Mecanizada 19ºGrupo de Artilharia de Campanha	NºPregão:82022 UASG:160420	03/04/2023	R\$ 112,37
Valor Unitário				R\$ 112,37

Portanto, resta evidenciado que os valores estão dentro da realidade de mercado, haja vista que são preços decorrentes de aquisições de outros órgãos públicos, dos mesmos itens requisitados, neste presente ano. Logo, improcedente o pleito da empresa impugnante ante a exequibilidade do valor mínimo.



Prefeitura do Município de Bocaiúva do Sul Procuradoria Geral

5. CONCLUSÃO

É necessário esclarecer que “o parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões”. No entanto, recomenda-se que a Administração, vinculada ao Princípio Constitucional da Legalidade, fiscalize sempre seus Prestadores de Serviços, no intuito de mantê-los em constante situação de regularidade.

Opinamos, então, abstraindo-se dos detalhes técnicos alheios a sua área de atuação, pelo **INDEFERIMENTO** da impugnação, pelas razões e fundamentos acima expostos.

Este é o parecer da procuradoria, entretanto, cabe ao gestor executivo a decisão pelo prosseguimento ou não do presente processo licitatório.

Encaminhe-se, portanto, para apreciação do Excelentíssimo Prefeito Municipal.

Bocaiúva do Sul, 04 de agosto de 2023.

JONAS OLIVEIRA DE ASSIS

OAB/PR 104.123

Assessor Jurídico Municipal